

INÁCIO DE AZEVEDO E COMPANHEIROS MÁRTIRES — 4.º Centenário (1570 — 1970)

Aires de Montalbo

Celebramos, a 15 de julho do corrente ano, o 4.º centenário da morte gloriosa dêsse grande apóstolo e missionário, Inácio de Azevedo, que pereceu, com 39 companheiros mártires, à altura das Ilhas Canárias, quando de Roma voltava ao Brasil.

Sob qualquer aspecto humano Inácio de Azevedo se nos apresenta como um grande homem, personalidade avantajada, misto de herói e de santo em plena Renascença.

Inácio de Azevedo de Ataíde Abreu e Malafaia era o seu nome todo. Bisneto de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, Conde de Atouguia, e de Martim Afonso de Sousa, que andou escaramuçando pelo Brasil. Descendia, também, em linha direta, de D. Luís Gonçalves Malafaia, embaixador de D. João I em Castela e vedor-mor da Fazenda real.

Era filho, portanto, de família ilustre. Seu pai, Manuel de Azevedo e Malafaia, era comendatário de São Martinho, antigo mosteiro do Arcebispado de Braga. Homem honrado, segundo o modo de ver dos contemporâneos, senhor do Solar de Barbosa, em São Miguel de Rãs, Penafiel, Pôrto, Portugal. Seu pai foi agraciado, além de outras mercês reais, com o título de Capelão da Côrte de D. João III. Homem de prol.

Sua mãe, D. Francisca de Abreu, neta do poeta palaciano do Cancioneiro Geral, de Resende, — João Gomes de Abreu, “o das trovas”, entrou num convento do Pôrto, onde era Religiosa professa, quando seu filho atingia 13 anos de idade. Foi então que seu pai conseguiu de D. João III Carta de legitimação para seu filho Inácio, de 13 anos. Carta assinada a 22 de junho de 1539. (Cfr. F. Rodrigues, Hist. II, pág. 492).

Não se pode concluir desse documento que à época do nascimento de Inácio fôsse sua mãe religiosa ou freira. Em nenhuma Ordem ou Congregação religiosa a profissão solene levava tantos anos para efetuar-se. A presunção é mais a favor dela, como livre ainda de votos.

Afinal ninguém tem culpa dos pais que teve. Ninguém é consultado para nascer em tais ou tais circunstâncias. Nascer é uma contingência, que independe, totalmente, da vontade do homem. E ninguém pode escolher seus pais. Aceitá-los, sim, é dever de todos e honrá-los. Foi o que fez Inácio, embora tal fato o apoquentasse a princípio. Depois, não.

O grau de honorabilidade media-se então pela densidade do sangue nobre, que corria nas veias, e não pelos conceitos de legitimidade ou ilegitimidade de nascimento. Isso explica a freqüência de bastardos nas Côrtes européias e das descendências laterais nas Casas aristocráticas desses Reinos.

Inácio era morgado da família e, com 20 anos, assumiu os seus bens e privilégios. Ao entrar na Companhia de Jesus, aos 27 anos, "era dotado já de tôdas as prendas que fazem um fidalgo espektável e roubador dos olhos de todos..." Assim lemos nas crônicas.

Nessas Casas nobres, constituído o morgado, os outros filhos ou seguiam a carreira das armas, ou o estado eclesiástico. Eram padres e freiras a bem dizer à fôrça. Daí vinham muitas vocações inautênticas, impostas à revelia de muitos por êsse estado de coisas, com lamentáveis repercussões na casa de Deus...

As filhas, essas casavam ou se recolhiam a mosteiros, talvez um tanto constrangidas, com as conseqüências morais fáceis de prever. O pior, diz M. da Costa, biógrafo, é que a sociedade não condenava essas ligações ilícitas, mantidas com a maior publicidade, desde o início do Reino até ao tempo de D. João V, violador do recinto sagrado, e as aceitava como um postulado da vida social de antanho.

Assim é que Inácio de Azevedo, alma de chefe e de realizador, homem extraordinário, nasceu de um tálamo certamente ilegítimo e mesmo espúrio, que o fez sofrer em certa época da vida. (1)

Agora êsse esquadrão glorioso de mártires, tendo à frente o pe. Inácio de Azevedo, vê passar o 4.º centenário de sua morte entre celebrações de grande vulto em Espanha e Portugal. É acontecimento êste, por demais significativo, para o deixarmos passar envolto num silêncio nada honroso para nós, brasileiros, beneficiários da Companhia de Jesus.

É nossa intenção, portanto, dar a conhecer aos leitores desta

(1) Isso vinha de longe. Já seu avô João de Azevedo fôra, também, eclesiástico, ou seja, Arcediago da Régua, comendatário de Santa Maria de Azurara e deão da Sé de Lisboa. No Cabido da Sé renunciou à comenda de São Salvador de Árvore, dada por Sisto IV, pela qual recebia vinte mil réis por ano. (Cfr. Rodrigues, I, 477.)

revista esta figura ímpar de jesuíta, que foi o primeiro Visitador do Brasil e o terceiro Provincial desta circunscrição jesuítica.

Não há dúvida de que se trata de uma justa e oportuna homenagem e credenciais não lhes faltam a êsses pioneiros da Fé no Atlântico, para, em consciência, recebê-las. Até hoje eles foram, no Brasil, os grandes esquecidos. Entretanto o seu culto público e privado, ainda que restrito, começou muito cedo em nossa Pátria. Entre as primeiras devoções marianas do Brasil, avulta a de Nossa Senhora de São Lucas, belíssima imagem, atribuída ao pincel do Evangelista antioqueno, que a conheceu decerto e a reproduziu na tela de maneira maravilhosa.

Essa imagem, doada por São Francisco de Borja à Rainha de Portugal, D. Catarina, foi mandada reproduzir por Inácio de Azevedo, que a trouxera de Roma e cuja cópia trazia para o Brasil e com ela nas mãos expirou sob os golpes fatais do calvinista francês.

Essa veneranda imagem primeiro esteve na edícula do altar-mor de Santa Maria Maior, em Roma.

Em 1613, Paulo V trasladou o quadro da igreja de Santa Maria Maior para a capela borghesiana por êle fundada à esquerda de quem entra na basílica. Um reflexo de uma janela em frente do quadro torna difícil contemplá-lo com devoção. (Cfr. Montani, *Della antica Immagine*, p. 76). A cópia trazida pelo Beato Inácio teria vindo para o Brasil e se venerava na Catedral da Bahia, dizem alguns historiadores. (S. Leite, II, 595-596).

Na Escola Apostólica de Baturité, lado poente, há, na igreja, um altar representativo dos 40 mártires, apunhalados no mar e afogados por Jacques Sória, pirata da Rochelle, e seus comparsas no mar das Canárias. Muita gente olha aquilo e não entende... Falta, às vêzes, um cicerone ali.

Quando os jesuítas chegaram a Baturité no início do ano de 1921 no intuito de fundarem aqui Noviciado, ou casa de formação, foi-lhes doado o belo sítio Ôlho-d'Água, a três quilômetros da cidade, o qual até então pertencia ao farmacêutico Joaquim Mattos.

Os jesuítas trocaram logo êsse nome e deram à propriedade o nome de Beato Inácio de Azevedo (Sítio Beato Inácio) nome que, de fato, nunca pegou, ou se impôs na gíria popular. Ficou, apenas, oficialmente, nos documentos que aqui vão para os Arquivos da Europa.

Ademais, há certa confusão, por parte dos leigos no assunto, que não distinguem Inácio de Azevedo, português, chefe dessa esquadra invicta de 39 mártires, e seu homônimo, Santo Inácio de Loiola, espanhol, biscaíno, fundador da Companhia de Jesus. São personagens bem diferentes, apesar do nome, tendo Inácio de Azevedo entrado na Companhia a 23 de dezembro de 1548, em vida de Santo Inácio de Loiola, que faleceu, em Roma, a 31 de julho de 1556. É mister não misturar alhos com bogalhos.

Geralmente os biógrafos, desde Antônio Franco, no século XVII, até quase aos nossos dias, à exceção de M. G. da Costa, silenciam

sôbre a genealogia de Inácio de Azevedo. Sabemos que tinha outros irmãos. Eram êles: D. Francisco, que o substituiu no morgado paterno, e D. Jerônimo de Azevedo, que foi Vice-Rei da Índia e conquistador de Ceilão, além de uma irmã, religiosa no Convento de Santa Clara, no Pôrto. (2)

Azevedo era pela coragem, bravura e idealismo da estirpe espiritual daquela "íclita geração de Altos Infantes..." de que fala Camões.

Sendo já homem feito (27 anos), entrou na Companhia de Jesus, movido pelas pregações do célebre jesuíta espanhol, pe. Francisco Estrada, orador de renome e coetâneo de Santo Inácio.

Dando o nome à Companhia, Azevedo recolheu-se a Coimbra com seu amigo, Henrique Nunes de Gouveia, e ali fez os Exercícios espirituais por trinta dias, findos os quais determinou deixar o mundo e suas glórias e se entregar a Deus, numa consagração total. Assim o fez.

Era Superior dêle, em Coimbra, Luís da Grã, que depois, no Brasil, havia de ser seu súdito. Sua conversão foi sincera, dessas de não olhar para trás. E deu-se a grandes cruezas e mortificações corporais, para dominar os instintos e amoldar-se à prática de sólidas virtudes. Mais ainda: sendo homem de elevada cultura, de tal modo se entregou aos ofícios humildes, que saiu, diz Franco, insigne sapateiro e alfaiate nas casas onde residia.

Mesmo como Procurador eleito da Província, mais tarde, fazia suas viagens a pé, levando diante de si um jumento com seus teréns, léguas e léguas, como um perfeito almocreve, às vêzes com a carga aos ombros, homem forçado que era, só para descansar a alimária...

Feitos os estudos de Filosofia em Sanfins e concluído o curso teológico em Lisboa, foi ordenado sacerdote em fevereiro de 1553 em Braga, (Franco, Ano Santo da Cia de Jesus em Port. p. 337, ss.).

(2) D. Jerônimo, seu irmão, foi Vice-Rei da Índia de 1611 a 1617.

Substituiu, no ofício, a D. Lourenço de Távora, e será substituído, mais tarde, pelo Conde de Redondo. Sua situação, como Governador, era difícil: atacado por holandeses e ingleses pelas tropas de Chaul, os mares infestados de piratas, o tesouro sobrecarregado de dívidas, sofreu, dos ingleses uma derrota, em Surate, em 1613 e foi isso ocasião de Filipe II o mandar substituir pelo Conde de Redondo, como já foi dito.

Acusado de extorquir dinheiro, injustamente, dos indígenas de Ceilão, foi chamado a Lisboa e prêso no castelo de São Jorge. Aí faleceu, na maior miséria, a 16 de março de 1625, sem ver o término do seu julgamento. Afinal, quem se beneficiou de suas riquezas foi o Rei de Espanha. Homem sem sorte, realmente. (Cfr. A. Bocarro, 13.^a Década da Índia, Lisboa, 1776 I, 74-76.) Inácio teve outros irmãos, além dos já citados. D. Luís, clérigo, prior de Vilarinho e D. João, Governador da Fortaleza de Moçambique, eleição feita por D. Jerônimo, em substituição a D. Estêvão de Ataíde, irmão de ambos. (Cfr. Alão de Moraes, I, I, 78.)

Logo foi eleito Reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa; depois foi Ministro da Casa de São Roque (ibidem) e prepósito do colégio das Artes, em Coimbra, além de Vice-Provincial na ausência temporária de Miguel de Tôrres, que fôra a Roma, em 1558, para a eleição de Diogo Laines, segundo Geral da Companhia de Jesus.

Chegou a ser eleitor enviado a Roma em substituição ao pe. Luís Gonçalves da Câmara, que adoecera pouco antes de partir. Mas voltou do caminho.

Miguel de Tôrres, o grande amigo de Azevedo, fôra eleito provincial em 1552 em substituição ao fundador da Província, pe. Simão Rodrigues. Era muito jovem ainda, mas homem de reconhecida virtude.

Pouco tempo depois, era eleito Arcebispo de Braga, em 1559, Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, dominicano ilustre, que desejou ter consigo alguns jesuítas, que o ajudassem na Pastoral da Arquidiocese. Pôde então experimentar *de visu* (o Arcebispo) o alto sentido apostólico dêsse homem desprendido, Inácio de Azevedo, que lhe fôra enviado a pedido seu. Azevedo fêz, na cidade, extraordinária comoção, embora não fôsse grande orador, vivendo, temporariamente, no mosteiro de São Marcos.

Fundou o Arcebispo em Braga um Colégio do qual Azevedo foi o primeiro Reitor. Os princípios dessa obra, foram de grande austeridade, como costumam ser. No ano seguinte, março de 1561, o Arcebispo vai a Roma, tomar parte no Concílio de Trento, onde advogou, corajosamente, a reforma do Clero. Deixara bons obreiros na sua amada Sé de Braga.

Só voltou de Roma em março de 1564. Lá passara quatro anos. Foi nesse ano de 64 que Azevedo, após a chegada do Arcebispo, deixou Braga definitivamente.

Ficaram lá, ainda assim, 24 religiosos, entre mestres e estudantes, sete dos quais sacerdotes.

Do Brasil eram insistentes os pedidos para que se mandasse um Visitador ou comissário para ver o estado das coisas e prescrever as Constituições. Os prepósitos de Portugal não tiveram dúvida: designaram Inácio de Azevedo para vir ao Brasil.

A escolha foi dêles, mas o Geral Francisco de Borja aprovou a ida de Azevedo assinando a patente de 24 de fevereiro de 1566.

A Azevedo só competia obedecer. Deixa Lisboa a 13 de março e aporta à Bahia a 24 de julho de 1566.

A visita canônica nas Ordens e Congregações religiosas é um ato de praxe, quase diria de rotina, nos costumeiros da vida conventual. Fazem-se periodicamente.

Uma Província como a do Brasil, já com várias levas de missionários, (a de Azevedo era a oitava, que da Lusitânia rumara para o Brasil), Província com um trabalho já organizado de quase 20 anos, entregue a si própria, pôsto que dependente de Portugal até certo ponto, — postulava, é óbvio, uma visita canônica.

O governo da Província oscilava, desde 1549, entre dois homens: — Manuel da Nóbrega e Luís da Grã, numa espécie de oligarquia religiosa, por não haver outros professos no Brasil. Coadjuutores formados havia-os, mas não podiam chegar a êsse pôsto. (3)

Com Azevedo, nessa oitava leva de missionários, vinham os padres Amaro Gonçalves, Antônio Rocha e Baltazar Fernandes ; os estudantes Antônio Dias e Estêvão Fernandes; Antônio de Andrade e Domingos Gonçalves, coadjutores. (S. Leite, I, 563.)

Se se pensasse no padre Antônio Pires, veterano no Brasil, para suceder a Luís da Grã, ter-se-ia de conceder-lhe a profissão solene, por não ser professo, e Borja em março de 1566 já estava disposto a conceder-lha. (Carta ao padre Leão Henriques, de 15 de março de 1566.)

O que é certo é que a Visita começou a 24 de agosto do ano supra, no Colégio baiano, com a presença dos padres de casa e dos que se reuniram vindo das aldeias. A frota em que viajara Azevedo, para o Brasil, partira de Lisboa a 12 de maio dêsse ano de 66. Eram três galeões sob o comando de Cristóvão Cardoso de Barros. (S. Leite, I, 385.)

Em novembro dêsse mesmo ano escreve Azevedo ao Geral informando-o de quem pode ser professo no Brasil, apesar da deficiência dos estudos feitos. Neste rol entram Gregório Serrão, Quirício Caxa, José de Anchieta, além de Antônio Pires. Lembre-se que, para ser professo de quatro votos, na Companhia, exigiam-se estudos especiais em Cursos Superiores, como ainda hoje.

Azevedo não era homem de grandes exigências no Brasil: admitia mesmo os de pouca latinidade, e, com uma boa tintura de Teologia (Casos de Consciência), fazia-os chegar ao Sacerdócio. Para tratar com índios e catequizá-los não eram necessárias sumidades em Teologia. Bastava um tanto de boa vontade bem orientada.

Para esta primeira Visita do Brasil trouxe Inácio de Azevedo uma instrução do Geral Francisco de Borja, datada de 24 de fevereiro de 1566. (Ver S. Leite, Suma Hist. I, 260.)

Quanto à finalidade precípua da Visita, Azevedo veio ao Brasil como Visitador para regular o sustento dos missionários, que passavam fome nas Aldeias e não podiam ter certos meios de subsistência, que depois vieram ater. Além disso, havia certo impacto com respeito ao Bispo; a observância regular por parte de todos; a explicação das Constituições e Regras e a questão da formação religiosa dos novos membros: Noviciado. Muito havia que fazer no Brasil naqueles primórdios...

As Regras e Constituições foram entregues à Companhia em

(3) Só mais tarde Anchieta entrara no páreo. Caxa, seu biógrafo, afirma que Anchieta reteve o cargo por sete anos. (*Vida*, p. 22); mas, por outras fontes, sabemos que foi por dez anos seguidos, de 1577 a 1587. Teve como antecessor Inácio de Tolosa e como substituto Marçal Beliarde.

1552 e promulgadas em Portugal e Espanha por Jerônimo Nadal no verão de 1553. Foi nessa época que Borja esteve em Portugal e se fez amigo de Inácio de Azevedo. No ano seguinte, a 2 de janeiro de 1554, falecia o grande amigo de Santo Inácio e da Companhia, D. João III.

No decorrer deste trabalho veremos que não houve nada de extraordinário em tal Visita: foi uma visita *de more*, como qualquer outra, embora *sui generis*, por causa do meio físico, vastidão territorial, e dos problemas apresentados ao Visitador, que se portou muito bem.

Uma vez no Brasil, o emissário de Roma, homem disposto e corajoso, se deu logo ao trabalho de corpo e alma. Nada de tempo a perder.

Reuniu uma junta na Bahia para decidir sobre o direito dos pais de vender os filhos. Tomaram parte nessa reunião, além do Bispo da Bahia, D. Pedro Leitão, e do Visitador Azevedo, os padres Manuel da Nóbrega, Quirício Caxa, teólogo, o Governador-Geral e dois Ouvidores-Gerais. Era ordem de D. Sebastião. (Cfr. Leite, Pág. de Hist. do Bras. 215-223.)

Em carta datada da Bahia, de 19 de novembro de 1566, comunicava Azevedo ao Geral a fundação do Noviciado, necessidade imprescindível para o futuro da Província, e a nomeação do pe. Antônio Pires para superintender as Aldeias, enquanto ele e Luís da Grã seguiram para as Aldeias do Sul, com Mem de Sá, Governador-Geral, que ia dar combate aos franceses na Guanabara.

Acompanhava-os, entre outros, o pe. José de Anchieta, recém-ordenado na Bahia, de volta a Piratininga. Chegaram ao Rio a 18 de janeiro de 1567. Dois dias depois, festa de S. Sebastião, travou-se o combate decisivo com os franceses em Biroaçumirim. No dia 23 a fortificação francesa se rendia na ilha do Governador. (S. Leite, I, 385.) Morre Estácio de Sá, o herói.

Vamos regredir um pouco à Visita e às suas várias imposições.

Azevedo ordenou, no memorial desta Visita, que os escravos se preparassem em casa para o batismo e casamento e, confessados, os enviassem ao Pároco, "e assim, não tem ele mais que dizer *"ego te baptizo, vel coniungo vos in matrimonium..."* e levar a sua pitança ou oferta".

O Visitador era de opinião, (e não sem fundamento) que mamelucos não serviam para a Companhia, por inconstantes e volúveis. E ainda hoje, no problema vocacional, não será este o ponto fraco de tantas desistências? O Geral não partilhava de sua orientação, neste sentido, e mandava receber, quanto possível, gente da terra, nas fileiras inacianas.

Proibiu, por certos motivos, que missionários do Brasil fossem ao Paraguai missionar. Só muito mais tarde o Visitador Cristóvão de Gouveia teve faculdade de mandar alguns, por modo de missão, e os enviou. (Leite, Hist. I, 345.)

Deixou ordenado que qualquer edificação nova requeria licença expressa do Provincial. Designou o pe. Antônio Pires para superintender o apostolado nas Aldeias, acompanhado de outro sacerdote, por ser "bom língua", isto é, bom intérprete. Enquanto foi ao sul, deixou-o assistindo no Colégio da Bahia para ver como se guardavam as Regras e Constituições da Ordem. Chegou a ser minucioso: — mandou se prestassem livros de casa para fora, deslembado de que livro emprestado é filho pródigo que já não volta à casa paterna, segundo máxima do Marquês de Maricá. (Cfr. Mon. Bras. IV, 489.)

Determinou que os padres missionários não vivessem nas Aldeias dos índios, mas em suas casas, isto é, da Companhia. A vida nos aldeamentos era perigosa para os seus curas espirituais. Baixou ordens proibindo entradas ao Sertão, sem licença do Provincial, e tirou esta prerrogativa aos superiores locais, se tais entradas chegassem até a território estrangeiro. Neste caso, nem o Provincial poderia autorizá-las.

Pelas normas deixadas mostrou-se o Visitador deveras prudente: primeiro que tudo, a instrução: — ler e escrever. Isso de canto e latim viria depois. Que insistissem na catequese e doutrinação, deixando aos párocos as missas cantadas e procissões, quanto possível.

Como Visitador, seu primeiro cuidado foi o de instituir uma grande Casa de formação no Brasil. O homem via longe e não era um visionário: tinha os pés no chão da realidade brasileira: a messe era grande, mas os operários, poucos. Queria no Brasil não só estudo primário elementar, mas estudos superiores. Quando de sua interceptada vinda ao Brasil, em 1570, trazia consigo o escolástico jesuíta Afonso Fernandes, filósofo, mômço de rara capacidade. Concluira, com brilho, o curso de Artes e vinha ensinar dialética na Bahia. Foi morto com os mais na viagem.

O Curso de Artes, isto é, toda a filosofia com ciências naturais anexas, fundou-se na Bahia, em 1572, sendo o pe. Gonçalo Leite o seu primeiro *lente* e, portanto, o primeiro Professor de Filosofia no Brasil, diz Serafim Leite. Saibam disso os filósofos brasileiros atuais. (Hist. I, 76 Mon. Bras. IV, 467.)

Tendo tomado pé nas questões relativas ao Norte do Brasil, apressou-se Azevedo a conhecer a situação das casas do Sul e rumou para São Vicente e Piratininga, como já foi dito.

Nessa viagem em que iam, além do Governador-Geral, Mem de Sá, o Bispo da Bahia, D. Pedro Leitão, e os padres Luís da Grã, Antônio Rodrigues e Antônio Rocha, Baltazar Fernandes e José de Anchieta, recém-ordenado, utilizaram a armada de Cristóvão de Barros, acrescida de três caravelões do Brasil.

Depois da expulsão dos franceses da Ilha do Governador (forte de Coligny), Azevedo continuou sua viagem até São Paulo. Em São Vicente havia um Colégio da Companhia, embora as aulas estivessem suspensas desde 1562, diz uma nota coeva.

Visitou Itanhaém, foi várias vezes a Santos e reuniu-se, final-

mente, a Nóbrega, a quem não conseguira ainda falar, por causa dos ventos contrários.

Em São Vicente deixou como Superior Anchieta, com autoridade sobre Piratininga. Quantas vezes não subiu Anchieta êsse planalto, a pé, não obstante sua saúde enfermiça e precária!

Concluída a Visita em São Paulo, a 24 de julho de 1567, volta Azevedo ao Rio, em companhia de Nóbrega e de Anchieta, para tomar conta da igrejinha provisória e dar início ao Colégio. Essa igrejinha era a de São Sebastião, que êle benzeu no Rio ao chegar, depois tornada Sé, em 1570 e substituída definitivamente por outra em 1588.

Não tendo sido fácil encontrar-se com Nóbrega, que andaria pelas Aldeias do Espírito Santo, Azevedo diz em carta ao Geral que era mais fácil ir da Bahia a Lisboa, do que da Bahia ao Sul do Brasil.

E só voltou a Salvador graças a Mém de Sá, que lhe mandou aprestar um galeão para isso. Três vezes naus menores tiveram de voltar de Cabo Frio, por o não poderem transpor de volta à Bahia.

Nesta sua Visita ao Brasil, Azevedo não esteve pessoalmente em Pernambuco. Enviou Luís da Grã com Amaro Gonçalves, que trouxera de Portugal. Deviam fundar lá aulas de ler e de escrever antes de tudo. Em novembro de 1566 só dois padres habitavam em Pernambuco. Jesuítas é certo.

Estêve, contudo, em Ilhéus e Pôrto Seguro. A êle se deve o plano da Residência, que se devia construir em Ilhéus.

No Espírito Santo, como resultado da Visita, deixou ordem que se dificultasse o batismo aos índios, a saber, que não se batizassem tão facilmente e aos Padres de não mais residirem em seus aldeamentos, mas nas respectivas residências. Viver entre índios, naquela pavorosa promiscuidade, era deveras perigoso. Havia um pequeno choque de mentalidade: enquanto Azevedo era contrário à convivência com os índios, o Geral Francisco de Borja manda que se aldeiem os índios e que haja um missionário ou mais com êles. Que se amplie o campo de atividade dos Padres.

Nóbrega fôra, no Brasil, o fundador dos aldeamentos indígenas, que tiveram o seu máximo esplendor no Paraguai, com os sete Povos.

Por saber que as terras da Guanabara eram produtivas e abundantes, Azevedo, ainda em São Vicente, determinou erigir, no Rio, um novo Colégio.

Para êsse Colégio que se ia fundar doara Estácio de Sá duas léguas de terra em sesmaria, doação essa confirmada por seu tio, o governador Mém de Sá, a 15 de dezembro de 1567 (M. da Costa, *op. cit.*, p. 301.)

Para o sul só funcionava então uma escola de ler e escrever em Piratininga: a de São Vicente como foi dito, estava parada há quase seis anos. (S. Leite, *Hist.* I, 300.)

Fundou, pois, o Colégio do Rio em lugar excelente, cedido por Estácio de Sá, colégio que só começou a funcionar em 1573, três anos

após a morte de Azevedo, sendo seu primeiro mestre Antônio Pires e seu primeiro reitor Manuel da Nóbrega. (4)

Varriões dali os franceses, Azevedo escreve uma carta a Francisco de Borja com esta nota sobre os tamoiós: julga difícil estabelecer paz com êles, "porque não têm rei nem obrigação uns para os outros. Nenhum é senhor de sua casa, e, de tal modo, que nem o filho ao pai obedece, nem se pode assentar coisa fixa com êles". (Mon. Bras., IV, 375, parágrafo 1.º.)

De volta do sul Azevedo chega à Bahia em março de 1568. Trazia uma imagem nítida da realidade brasileira, sob o ponto de vista missionário.

Foi logo reunindo, na Capital, uma Congregação Provincial da qual falaremos em seguida. Era homem de visão e de experiência. Com sua mansidão tudo levava a bom termo. Dêle diz um seu contemporâneo, Maurício Serpe: "Era um dos homens que vimos nesta vida mais ajudado de Deus: tudo o que tomava entre mãos lhe sucedia bem; cativava a todos com quem conversava; e isto fazia não eloquência natural, (não era muito eloquente) mas pela graça divina e muita prudência sobrenatural..." (Cfr. A. Franco, *Vida*, p. 38.) E acrescenta o seu biógrafo: "O pe. Inácio, ainda sem o fim gloriosíssimo de mártir, foi um dos homens de virtude mais avultadas que houve na Companhia de Jesus, — viveiro de heróis e de santos."

Da Congregação Provincial reunida por êle na Bahia, em julho de 1568, fizeram parte Manuel da Nóbrega, Luís da Grã, Gregório Serrão, Quirício Caxa e Antônio Pires, além do já eleito Provincial, Inácio de Azevedo. Este fôra eleito provincial por carta de Borja, datada de Roma a 19 de novembro de 1566.

Nessa Congregação, é constituído Procurador, isto é, encarregado de levar os postulados da mesma a Roma. Propõe-se, pois, voltar à Europa, em agosto seguinte. Sua demora no Sul fôra de três a quatro meses apenas. Tanto no Sul como na Bahia, fizera promulgar as Constituições da Companhia, que só agora, entravam, em letra de fôrma, no consuetudinário da Ordem, aqui.

Quanto aos postulados, a Congregação Provincial pede ao Geral, que os Provinciais do Brasil venham da Europa, enquanto não houver,

(4) Há uma pequena contradição nos documentos relativos ao Colégio do Rio. Foi fundado em 1568, no princípio do ano. Uma outra fonte diz que só começou a funcionar a 3 de fevereiro de 1573, sabendo-se que Nóbrega e Azevedo faleceram ambos em 1570. Como pode ser que só em 73 começasse a funcionar? Se Nóbrega, desde a fundação, em 68, foi seu primeiro Reitor? De 1568 a 1570 o Colégio deve ter funcionado normalmente. (Cfr. S. Leite, *Hist.* I, 120; *ibidem*, I 400.) Donde vem, pois, essa data de 1573 para funcionamento do Colégio, se há três anos os seus dois fundadores eram mortos?

O Colégio, desde o início, tinha dotação real. D. Sebastião, o bravo Rei, lhe consignou rendimentos para sustentar até cinqüenta Religiosos, dotação essa omitida, muitas vêzes, nas secretarias de El-Rei, como sempre sói acontecer.

por aqui, pessoal apto para tal cargo. Reconhece que não dá resultado receber jovens de menos de 14 anos, que iam às Aldeias aprender a língua, até entrarem para o Noviciado. Era, além do mais, perigoso, e muito.

"Este gentio, escreve Baltazar Fernandes, assim como é grosseiro de entendimento, assim não tem malícia, porque, com andarem todos nus, assim homens como mulheres, nenhum pejo têm, nem reina malícia nêles, e são tão inocentes, nesta parte, que parece vivem no estado de inocência; e se alguns têm muitas mulheres é por serem principais, com grande casa e terem muitos filhos..." Não era, como se diz, uma neurose freudiana; era um perigo real para homens que professavam castidade perfeita.

Os postulados pediam ao Geral reduzisse as Aldeias a três, de cinco que eram o outro postulado, bem exequível, pedia autorização ao Geral para se prenderem, em cárcere público, os jesuítas faltosos, na ausência do Provincial, até que este, chegando, dispusesse as coisas de outro modo. Não se sabe se tal postulado foi aceito e pôsto em prática algum dia.

A 14 de agosto de 1568, terminada a Congregação Provincial, Azevedo fêz-se à vela para Portugal. A 31 de outubro do mesmo ano, salta no cais da Ribeira, Lisboa. Estava em Portugal.

Viera como Visitador da Província do Brasil e agora voltava a Roma como procurador da Missão brasileira, reconhecido por Borja a 4 de julho de 1568. Só em maio do ano seguinte, de 1569, partiria para Roma, como encarregado das coisas do Brasil. Voltou à Europa não como Visitador, que fôra, mas como Provincial do Brasil e Procurador a Roma. Na sua volta, como veremos adiante, é que se dará o trágico desfecho das Canárias.

Em Roma competia-lhe, sobretudo, obter do Geral a permissão de trazer para o Brasil o maior número de obreiros possível. Gente escolhida e competente para esta gloriosa *empresa*, como diria Nóbrega. Deu muitos passos neste sentido. Concedeu-lhe Borja que de volta ao Brasil, cada Província por onde passasse lhe cedesse de cinco até dez sujeitos, que o quisessem acompanhar livremente.

De fato, só os angariou mesmo em Espanha e Portugal. Foi uma verdadeira correria. Todos queriam ir. Padres e Irmãos para a Província do Brasil. À medida que os ia obtendo, recolhia-os na Quinta portuguesa de Val de Rosal, onde os treinou, durante cinco meses, para a viagem e para o martírio. Tinha uma previsão qualquer neste sentido.

Val de Rosal era uma propriedade do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, e ficava a uma légua do porto de Cacilhas, entre Azeitão e Caparica, a meia légua do mar.

Em carta a Borja declara Azevedo que já passam de oitenta ou noventa os que lá congregara com tal finalidade. "Tôdas as testemunhas são concordes em afirmar que as adesões cresciam em número e entusiasmo com a presença do Padre, porque Inácio era um dos

homens raros, cujo contato não deslustra o prestígio com que a fama doira as figuras ao longe..." (Manuel G. da Costa, *op. cit.*, p. 369.)

A descrição feita por Franco de Val de Rosal parece-se com uma lenda dourada dos melhores contos da pré-Renascença. O local era, de fato, poético, bucólico e retirado, próprio para exercícios espirituais. Ali ficaram aguardando, entre preces e cânticos, a monção da partida. Lá estariam mais ao abrigo da peste que assolou Lisboa em 1569.

Nenhum daqueles jovens, dizem os biógrafos, esperava jamais ter em sua vida tempo melhor, mais alegre do que êsses meses passados em Val de Rosal. Eram escolásticos e coadjutores escolhidos a dedo. E houve grande cuidado nessa triagem apostólica. Inácio fêz-se Mestre de noviços e ia à frente de todos com o seu exemplo. Ali todos (incluindo os padres, que eram dois, além de Inácio) se consideravam noviços, em todo o sentido.

Além do trabalho bem distribuído, jogos e passeios, havia duas horas de oração mental e muita penitência. Havia, nessa leva, jovens de grandes esperanças. Traziam para o Brasil o fruto de seu trabalho de cinco meses: — retábulos, quadros, baixelas, peças de madeira, mobílias, roupas e outros objetos feitos em Val de Rosal. Ali rezou-se e trabalhou-se muito. Traziam igualmente: ferramentas, sementes, plantas, ovelhas no porão sob a vigilância de Pero Vaz, pastor de ofício; e homens e mulheres e órfãos que El-Rei enviava para povoar a terra.

Chegado o dia do embarque, o pe. Inácio com 39 companheiros jesuítas, tomou a Nau Santiago, por êle fretada no Pôrto. Em outra nau levava também muitos órfãos, que iam povoar a terra, cujos pais tinham morrido na peste do ano anterior. O Padre Pedro Dias embarcou em a Nau do Governador-Geral, D. Luís de Vasconcelos, com 14 irmãos. Serão vítimas também dos piratas de Capdeville, um ano depois dos primeiros. Ao padre Francisco de Castro fêz Inácio embarcar com dois irmãos em a nau das órfãs. (Possino, *op. cit.*, p. 254 ss.) Os da Companhia eram ao todo 54, a mais numerosa esquadra de missionários que saía de Portugal para as suas conquistas, diz A. Franco.

Preferimos o número acima dado ao que traz M. da Costa, quando escreve:

"Com Azevedo seguiam para o Brasil 70 religiosos, 16 mestres seculares de artes e ofícios e vinte tantas pessoas entre trabalhadores com família e pretendentes à vida religiosa". (*Op. cit.*, p. 429.)

Azevedo escreve a Borja três dias antes de partir para o Brasil, dando conta da sua expedição. Em seguida fêz-se ao largo com os seus. A nau Santiago fêz-se à vela a 5 de junho e a 12 ainda estava em Têrça-Côrte e só levantaria âncoras da Madeira a 30 do mesmo mês.

A desgraça sobreviria 15 dias depois, junto à ilha da Palma: 15 de julho de 1570 (Franco, Imagem, II p. 92).

O regime de bordo era o mesmo que o de um Colégio da Companhia em normal funcionamento. Todos os ofícios caseiros vigoravam a bordo. Os irmãos cozinhavam para toda a Nau. E ainda os edificavam com leituras piedosas do *Flos Sanctorum* para distrair os ânimos.

A armada constava de sete naus e uma caravela. Velejavam juntas, umas à vista das outras, quando o vento o permitia, e a nau Santiago era a sotocapitânea. Levaram mareando sete dias até à Ilha da Madeira, onde se demoraram vários dias.

A altura das Ilhas Canárias é que se deu o encontro fatal com o pirata francês, Jacques Sória (provavelmente Sorês) calvinista desalmado, corsário inveterado no roubo, a serviço da Rainha de Navarra. Já saqueara uma vez a Ilha de Palma. Desta vez andava pilhando os navios em trânsito, na companhia de trezentos homens. (5)

Depois de alguma luta abordou e prendeu a Nau Santiago. Começou a invadi-la. E, aos gritos de mata! mata! porque vão semear doutrina falsa ao Brasil, foram todos trucidados e mortos, jogados ao mar nesse choque violento entre a Fé e a heresia. Era um sábado, 15 de julho de 1570.

Os hereges depois de aferrada e entrada a nau Santiago, que só contava com uns 30 homens de luta (o mais era gente inerte!) começaram a estocar os que podiam. Por cima, no convés, a luta, de parte a parte, era estrondosa. Os Irmãos da Companhia não empunharam armas, mas incutiam ânimo aos que combatiam pela Fé e cuidavam dos feridos e dos que tombavam.

O primeiro jesuíta a ser atingido foi o Ir. Bento de Castro, mestre de noviços; depois de arcabuzado, deram-lhe mais sete ou oito punhadas, que ele esperava sem fugir com o corpo, e, tomando-o nos braços, deram com ele ao mar.

Ao beato Inácio de Azevedo um herege deu-lhe uma cutilada mortal, que lhe fendeu a cabeça, pondo-lhe à mostra os miolos. Depois mais três estocadas até cair por terra protestando: "Todos me sejam testemunhas de que morro pela Fé Católica e pela Santa Igreja Romana."

Os Irmãos chegaram para junto dele, chorando, abraçaram-no e o levaram para outro local.

(5) França e Inglaterra insuflavam a pilhagem e só tinham que lucrar com isso. Em 1569 Wawkins trouxe, dos saques da costa da América, 500.000 ducados. Na expedição do Estreito de Magalhães, em 1579, comandada por Drake, dizem que o valor da presa subiu a 1.500.000 ducados nos quais tiveram bom quinhão a rainha Isabel e os senhores do Conselho. (Cfr. S. P. Spanish, II, 194, 694.)

Teve ainda tempo de reconciliar-se com Deus, ouvindo-o de confissão o pe. Andrade, único sacerdote em toda a nau.

Inácio rendeu sua bela alma exortando os seus a não temer os inimigos da Fé: "Ninguém tenha fraqueza, disse. Deus me fez vosso Pastor; bem é que o Pastor vá adiante das ovelhas. Eu vou diante preparar-vos as moradas."

E, dizendo tais palavras, expliou, com muita paz e sossego, tendo sempre a imagem de Nossa Senhora de São Lucas nas mãos. (6) Com ela foi lançado ao mar, pois os calvinistas não lha puderam arrancar das mãos crispadas, dizem.

Alta noite, o cadáver do Beato, tangido pelas ondas, veio bater, repetidas vezes de encontro ao navio. Então um português piedoso, ouvindo-o, desceu por uma escada até a altura das águas, onde o cadáver estava boiando. Tomou a imagem que ele soltou, sem resistência. Fato tido por maravilhoso por todos os biógrafos e cronistas.

Aquêle lugar do oceano ficou para sempre assinalado com êsse glorioso acontecimento e ainda hoje, quando os navios da América e do Brasil passam por aquela região, junto às Canárias, nunca falta quem diga: — "Aqui foi onde morreram pela Fé os 40 mártires do Brasil."

Aos olhos humanos fôra uma perda irreparável: 40 missionários trucidados num só dia a caminho do Brasil. Dia horrendo e fatigante. E nenhuma agitação veio perturbar, na noite que se seguiu, o sono dos criminosos, diz Paul Féval.

Após uma vida de pilhagens e roubos, os piratas contavam alcançar o céu calvinista em recompensa de não terem poupado a vida a nenhum jovem missionário. Mas o que lhes parecia uma vitória, foi para eles uma derrota diante de Deus e diante dos homens.

Como um senhor absoluto da vida ou da morte, o rancoroso pirata Jacques Sória mandava apunhalar e, mesmo, decapitar os missionários, na flor da juventude, sem nenhuma contemplação. O homem rebojava de ódio.

Só escapou com vida o irmão coadjutor João Sanches, que os hereges segregaram para cozinheiro seu, já que o era da Nau e o levaram para a Rochela. Ele, como Sebastião Lopes, escapo da outra nau, com Diogo Fernandes, foi o testemunho ocular e o narrador,

(6) Com respeito à imagem de São Lucas, que nem depois da morte Inácio soltou de suas mãos, o espírito crítico atual atribuiu o fato a uma piedosa lenda forjada no século seguinte, — coroa tecida à memória dos mártires.

A imagem que se conserva em Roma é o *original*, donde foi tirada a cópia que Azevedo trazia ao Brasil e que se diz era conservada na Catedral da Bahia.

em Espanha e Portugal, de todo o sucesso, isto é, de tudo o que havia acontecido nessa horrorosa tragédia.

Sete anos depois veio Sanches a desmembrar-se da Ordem inaciana, onde estivera a pique de padecer pela Fé. O mesmo sucedeu a Sebastião Lopes.

Em lugar do primeiro foi martirizado um rapaz, pretendente da Cia., que Azevedo prometera receber no Brasil. Dos trinta e nove companheiros de Inácio, vinte e nove eram portugueses e onze castelhanos.

Não se pense que os portugueses venderam de graça a sua vida; não. As mortes foram recíprocas e pereceram mais huguenotes do que católicos. O capitão da nau Santiago foi morto pelos hereges que, além de 32 homens, perderam, na luta, o lugar-tenente de Sória: — João Bocardo.

Dia de luto e de horror, êsse. Perda irreparável! Na Europa esta notícia estarreceu muita gente. Por outro lado, êsse martírio provocou um grande surto de missionários dispostos a substituir, no Brasil, as vítimas dos corsários franceses.

Os mais que seguiram na Capitania, com o Governador-Geral, não caíram, como dizem muitos, nas mãos de Jacques Sória; depois de muitas peripécias no mar, tendo ido até às Antilhas, voltaram aos Açores a 23 de junho de 1571. Muitos desanimaram da viagem e desistiram. Inclusive religiosos.

D. Luís de Vasconcelos terminou sendo morto por Capdeville, corsário inglês, com 14 ou 15 jesuítas, que ainda persistiam com êle em sua nau. Dêsses escaparam dois, como já foi dito, Diogo Fernandes e Sebastião Lopes, depois de jogados às ondas em alto mar. Conseguiram voltar à Península, onde foram os narradores verídicos do sucedido entre a "Printemps" e a nau Capitânea.

Os mais pereceram nas ondas.

Essa segunda leva de missionários nunca teve a projeção da primeira, martirizada com o beato Inácio; ficou sempre num plano mais apagado, mesmo quanto à beatificação com que os honrou a Igreja, pela voz do Papa São Pio V, 1571.

Concorreu para esta diferença o fato de Santa Teresa de Jesus ter visto, segundo afirmou, o triunfo da primeira leva no céu, desde o seu mosteiro de Ávila. Teria visto Inácio e os seus entrando na Glória celeste. E há quadros reproduzindo tal visão.

O rei D. Sebastião escreveu ao seu Embaixador em Paris, João Gomes da Silva, a 30 de outubro de 1571 para que exigisse do monarca francês mandasse justiça os culpados de tão bárbaro crime.

Embora saído da ilha de Wight, no navio "Printemps" e pertencesse ao bloco de Plymouth, o pirata agia, então, à sombra da Rainha de Navarra, Joana d'Albret. O seu fim foi trágico: foi morto, um dia, por um conterrâneo, que lhe fendeu a cabeça até aos miolos. Fim

igualmente triste e inglório teve-o, também, o velhaco e astuto Jacques Sória. (Cf. M. da Costa, Inácio de Azevedo, pág. 493, ss.)

Ao ter-se, em Roma, notícia do martírio de Azevedo e companheiros, o Geral São Francisco de Borja, nomeou Manuel da Nóbrega, pela segunda vez, Provincial do Brasil. Sucedeu, porém, que este grande jesuíta naquele mesmo ano falecia no Rio de Janeiro (1570.) Substitui-o Inácio de Tolosa. E assim terminou uma das maiores aventuras missionárias de todos os tempos.